

STJ00113850

GUILHERME DE SOUZA NUCCI

CURSO DE
EXECUÇÃO
PENAL

5^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 03.11.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876c

Nucci, Guilherme de Souza

Curso de execução penal / Guilherme de Souza Nucci. – 5. ed. – Rio de Janeiro : Forense, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4265-6

1. Direito penal – Brasil. 2. Execução penal – Brasil. I. Título.

21-74373

CDU: 343.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza Bibliotecária CRB-7/6439

Sumário

Capítulo I – Noções gerais	1
1. Fundamentos constitucionais	1
2. Conceito de execução penal.....	4
2.1. Sentença e decisão criminal	4
3. Natureza jurídica da execução penal	5
4. Autonomia do direito de execução penal.....	6
5. Direito penitenciário	6
6. Finalidade da pena	8
7. Jurisdição ordinária e jurisdição especial.....	9
7.1. Lei de Execução Penal e Código de Processo Penal	9
7.2. Execução provisória da pena	10
7.2.1. Direitos e deveres do preso provisório	12
7.2.2. Execução provisória e prisão especial.....	12
7.2.3. Execução provisória da medida de segurança.....	13
7.2.4. Cumprimento da pena após julgamento em 2.º grau.....	13
8. Jurisprudência selecionada.....	14
9. Resumo do capítulo.....	15
Capítulo II – Direitos humanos e punição	19
1. Direitos fundamentais	19

2. Cooperação da comunidade	20
3. Jurisprudência selecionada.....	21
4. Resumo do capítulo.....	22
Capítulo III – Da classificação	23
1. Classificação do condenado	23
1.1. Antecedentes	24
1.2. Personalidade.....	25
2. Diferença entre exame de classificação e exame criminológico	26
2.1. Função da Comissão Técnica de Classificação	28
2.2. Importância da Comissão Técnica de Classificação.....	29
2.3. Importância do exame criminológico	30
2.4. Análise da personalidade	30
2.5. Identificação do perfil genético	31
2.5.1. Constitucionalidade da medida	33
2.5.1.1. Banco de dados.....	34
2.5.1.2. Sobre os §§ 5.º a 7.º do art. 9.º-A	35
3. Jurisprudência selecionada.....	36
4. Resumo do capítulo.....	37
Capítulo IV – Assistência ao preso e ao egresso	39
1. Noções gerais	39
2. Modalidades de assistência	39
2.1. Assistência material.....	40
2.2. Assistência à saúde.....	41
2.3. Assistência médica à mulher e ao recém-nascido	41
2.4. Assistência jurídica obrigatória	42
2.4.1. Defensoria Pública	43
2.5. Assistência educacional.....	43
2.6. Assistência social.....	45
2.7. Assistência religiosa	45
2.8. Assistência ao egresso.....	46
2.8.1. Conceito de egresso.....	46
3. Jurisprudência selecionada.....	47
4. Resumo do capítulo.....	48
Capítulo V – Do trabalho	49
1. Trabalho obrigatório	49
2. Individualização executória da pena sob o enfoque do trabalho.....	54
3. Banco de horas	55

4. Trabalho do preso e responsabilidade do Estado	56
5. Privatização de presídios	57
6. Trabalho externo	58
6.1. Requisitos para o trabalho externo	60
6.2. Causas para a revogação do trabalho externo	60
7. Jurisprudência selecionada.....	61
8. Resumo do capítulo.....	62
Capítulo VI – Dos deveres, dos direitos e da disciplina	63
1. Deveres do condenado.....	63
2. Direitos do condenado.....	67
2.1. Visita íntima.....	72
2.2. Direitos dos presos provisórios	75
2.3. Direitos dos internos.....	76
3. Disciplina.....	77
3.1. Legalidade e responsabilidade pessoal	77
3.2. Normas disciplinares	80
3.3. Faltas disciplinares	81
3.3.1. Procedimento de apuração da falta grave	82
3.3.2. Prescrição da falta grave	83
3.3.3. Espécies de faltas	84
3.4. Regime disciplinar diferenciado (RDD)	88
3.4.1. Constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado.	91
4. Sanções e recompensas	92
5. Aplicação das sanções.....	96
5.1. Procedimento disciplinar	97
6. Jurisprudência selecionada.....	100
7. Resumo do capítulo.....	108
Capítulo VII – Dos órgãos da execução penal	113
1. Órgãos de execução penal	113
2. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	116
3. Juízo da execução	117
3.1. Aplicação aos casos julgados de lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado.....	119
3.2. Declaração de extinção da punibilidade	121
3.2.1. Morte do condenado.....	122
3.3. Soma ou unificação de penas.....	122
3.3.1. Soma das penas.....	122
3.3.2. Unificação de penas	123

3.3.2.1.	Concurso formal	123
3.3.2.2.	Crime continuado.....	125
3.3.2.3.	Limite de cumprimento de pena.....	126
3.4.	Deferimento de progressão ou imposição de regressão nos regimes	128
3.5.	Aplicação da detração.....	128
3.6.	Concessão de remição	129
3.7.	Fiscalização da suspensão condicional da pena	129
3.8.	Concessão de livramento condicional	130
3.9.	Decisão de incidentes da execução penal.....	130
3.10.	Autorização de saída temporária.....	130
3.11.	Deliberação quanto à forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalização da sua execução	130
3.12.	Conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade.....	130
3.13.	Conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos	131
3.14.	Aplicação, substituição e revogação da medida de segurança, bem como desinternação e restabelecimento da situação anterior	131
3.15.	Deliberação acerca do cumprimento de pena ou medida de segurança em outra comarca	131
3.16.	Remoção do condenado para presídio federal	132
3.17.	Inspeção e interdição de estabelecimentos penais.....	132
3.18.	Composição e instalação do Conselho da Comunidade	133
3.19.	Emissão de atestado de pena a cumprir	134
4.	Ministério Público.....	134
5.	Conselho Penitenciário.....	134
6.	Departamento Penitenciário.....	136
7.	Direção e pessoal dos estabelecimentos penais.....	137
8.	Patronato.....	137
9.	Conselho da Comunidade.....	138
10.	Defensoria Pública	139
11.	Jurisprudência selecionada.....	140
12.	Resumo do capítulo.....	142
Capítulo VIII – Dos estabelecimentos penais		145
1.	Preceitos gerais.....	145
1.1.	Terceirização de serviços e privatização dos presídios.....	149
1.2.	Divisão dos presos por setores.....	150
1.3.	Transexuais femininas e travestis	155
2.	Mobilidade do preso	156

3. Penitenciária.....	158
4. Colônia penal.....	161
5. Regime aberto.....	163
6. Centro de observação.....	164
7. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.....	165
8. Cadeia pública.....	166
9. Jurisprudência selecionada.....	166
10. Resumo do capítulo.....	169
Capítulo IX – Da execução das penas em espécie.....	173
1. Início da execução penal.....	173
2. Execução provisória da pena.....	173
3. Guia de recolhimento.....	174
4. Regimes.....	176
4.1. Unificação de penas para a fixação do regime de cumprimento ...	176
5. Critérios para a progressão da pena.....	178
5.1. Critérios objetivos.....	178
5.1.1. Lapso legislativo na elaboração do art. 112 da LEP.....	179
5.1.2. Marco inicial de contagem do tempo.....	181
5.2. Critérios subjetivos e outras regras.....	181
5.3. Progressão por saltos e falta de vagas.....	187
5.4. Procedimento para o livramento condicional, indulto e comutação de penas.....	188
5.5. Regime aberto.....	188
5.6. Prisão albergue domiciliar.....	190
6. Regressão de regime.....	191
7. Autorizações de saída.....	194
7.1. Permissão de saída.....	194
7.2. Saída temporária.....	195
7.2.1. Trabalho externo.....	198
7.2.2. Período de saída temporária.....	199
8. Remição.....	201
8.1. Disposições gerais.....	201
8.2. Requisitos e inexistência de trabalho ou estudo no estabelecimento penal.....	202
8.3. Apontamentos sobre o estudo do sentenciado.....	204
8.4. Acidente do trabalho.....	206
8.5. O contexto da prisão cautelar.....	206
8.6. O cometimento de falta grave.....	207
8.7. Tempo remido e pena cumprida.....	207
8.8. Procedimento para declarar a remição.....	208

9.	Livramento condicional.....	208
9.1.	Conceito e natureza jurídica.....	208
9.2.	Requisitos do livramento condicional.....	209
9.3.	Condições do livramento.....	211
9.4.	Cerimônia do livramento.....	213
9.4.1.	Apoio ao liberado.....	214
9.4.2.	Revogação do livramento.....	215
9.4.3.	Procedimento da revogação.....	216
9.4.4.	Prática de nova infração penal durante o livramento.....	217
9.4.5.	Extinção do livramento sem revogação.....	218
10.	Monitoração eletrônica.....	219
10.1.	Hipótese de cabimento.....	219
10.2.	Deveres e cuidados por parte do condenado.....	220
10.3.	Hipóteses de revogação.....	221
11.	Penas restritivas de direitos.....	223
11.1.	Disposições gerais.....	223
11.2.	Revogação da pena restritiva de direitos.....	223
11.3.	Alteração da forma de cumprimento.....	224
11.4.	Prestação de serviços à comunidade.....	225
11.5.	Limitação de fim de semana.....	227
11.5.1.	Limitação de fim de semana e violência doméstica.....	228
11.6.	Interdição temporária de direitos.....	228
11.7.	Descumprimento da pena.....	230
12.	Suspensão condicional da pena.....	231
12.1.	Conceito e natureza jurídica.....	231
12.2.	Duração e condições.....	231
12.3.	Alteração das condições e fiscalização.....	232
12.4.	Formalidades da concessão.....	234
12.5.	Revogação do <i>sursis</i>	235
13.	Pena de multa.....	235
13.1.	Execução da pena de multa prevista na Lei de Execução Penal.....	235
13.2.	Como ficou a execução após a edição da Lei 9.268/96.....	236
13.3.	Parte aplicável da Lei de Execução Penal.....	238
14.	Jurisprudência selecionada.....	239
15.	Resumo do capítulo.....	248
Capítulo X – Da execução das medidas de segurança.....		257
1.	Disposições gerais.....	257
2.	A cessação da periculosidade.....	258
2.1.	Limite da medida de segurança e condições para desinternação.....	261

2.2. Desinternação progressiva	262
3. Jurisprudência selecionada.....	264
4. Resumo do capítulo.....	265
Capítulo XI – Dos incidentes de execução	269
1. As conversões.....	269
2. Conversões positiva e negativa	269
2.1. Conversão positiva.....	269
2.2. Conversão negativa	271
3. Conversão da pena em medida de segurança.....	273
4. Reconversão da medida de segurança em pena	275
5. Excesso ou desvio de execução.....	275
6. Anistia e indulto	276
7. Jurisprudência selecionada.....	279
8. Resumo do capítulo.....	280
Capítulo XII – Do procedimento judicial.....	281
1. Procedimento executório	281
2. Recurso	282
3. Disposições gerais.....	282
3.1. Sigilo.....	282
3.2. Algemas	282
3.3. Condenado político	283
3.4. Separação de presos diferenciados.....	283
3.5. Sigilo dos antecedentes.....	284
4. Jurisprudência selecionada.....	284
5. Resumo do capítulo.....	286
Bibliografia.....	287
Obras do Autor.....	295